



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA / EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE ABRIL DE 2012 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Florianópolis, 11 de abril de 2012

V.3

Índice

<u>1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas</u>	3
<u>2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas</u>	4
<u>2.1. Em Assembleia Geral Ordinária</u>	4
<u>2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária</u>	6
<u>Anexo I - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, conforme item 10 do Formulário de Referência (instrução cvm 480/2009)</u>	7
<u>Anexo II - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme artigo 9º, parágrafo 1º e anexo 9-1-II da instrução CVM 481/2009</u>	71
<u>Anexo III - Informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos administradores, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM n 480/2009</u>	75
<u>Anexo IV - Informações sobre a Assembleia Geral e Administração incluídas nos itens 12.6 a 12.10 do Furmulário de Referência conforme instrução CVM nº 480/2009</u>	87

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Desenvix está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

• Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis Anuais Completas foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 30 de março de 2012 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios em 31 de março de 2012. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

• Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

• Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia.

• Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 30 de março de 2012, na mesma data de entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II da presente Proposta.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

A Companhia instituiu, entre outros, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, em AGE realizada no dia 08 de março de 2012. Em RCA realizada no dia 26 de março de 2012, os membros do Conselho de Administração deliberaram pela indicação dos membros dos Comitês, incluindo os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, que serão indicados e empossados na RCA que se realizará no dia 03 de maio de 2012. Por esse motivo, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças não emitiu parecer referente ao Resultado de 2011.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1. Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1. Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Desenvix.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 30 de março de 2012 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios em 31 de março de 2012. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Desenvix e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez, e de lucratividade e o grau de endividamento da Desenvix.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2. Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Desenvix apurou lucro líquido de R\$ 2.228 mil.

Conforme descrito no item 9. Desempenho Econômico-Financeiro, subitem Ganho com Investimentos, do Relatório da Administração de 2011, “em 2011, nosso resultado apresenta ganho com investimentos no valor de R\$ 17,3 milhões, fruto da operação de compra da nossa subsidiária ENEX. Conforme CPC 15, a Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos.”

Adicionalmente, o item 9. Desempenho Econômico-Financeiro, subitem Lucro (Prejuízo) Líquido do Período do Relatório da Administração de 2011, descreve: “Ressaltamos que conforme comentários do item Ganho com investimentos, nosso resultado foi afetado positivamente, de forma econômica, pela operação de compra de participação da nossa subsidiária ENEX.”

Proposta da Administração

Pelo descrito no item 2.1.2 dessa Proposta da Administração, a administração entendeu que não é aplicável a distribuição de qualquer resultado.

As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II da presente Proposta.

2.1.3. Proposta de eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Nosso acionista controlador indireto Jackson, através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, indicará o Sr. Laércio Dias para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Desenvix.

Nosso acionista FUNCEF indicará o Sr. Geraldo Aparecido da Silva como membro efetivo do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Bruno Moreira Barbosa de Brito, indicará o Sr. Alcinei Cardoso Rodrigues como membro suplente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Angelo Afonso Lourenço Fraga, indicará o Sr. Angelo Nonato de Sousa Lima como membro suplente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. José Fausto Moreira Filho, indicará

o Sr. Alfredo Martins Reis como membro efetivo do Conselho Fiscal, em substituição ao Sr. Paulo Germano da Costa Alves e indicará o Sr. Antonio Carlos Bomfim como membro suplente do Conselho Fiscal, em substituição ao Sr. Paulo da Silveira Dias Junior.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo IV dessa Proposta.

2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1. Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11º, parágrafo II, do Estatuto Social da Desenvix, cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

Proposta da Administração

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 5.127.500,00 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil e quinhentos reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 a verba anual prevista é R\$ 157.500,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

O Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 a verba anual prevista é R\$ 270.000,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 a verba anual prevista é R\$ 4.700.000,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

A remuneração para o período entre as AGO/Es está demonstrado no item 13.16 do anexo III.

- ANEXO I -

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o ano de 2011 tivemos 180 MW em construção, divididos entre 7 usinas, das quais 3 já estão em operação comercial e as demais com previsão de operar comercialmente ainda no primeiro semestre de 2012. A entrada em operação dessas usinas trará nossa capacidade instalada para 342 MW, representando um aumento de quase 100% na comparação com o final do ano de 2010. Além dos ativos de geração de energia, a Companhia possui dois empreendimentos de transmissão de energia em construção totalizando 517 Km de extensão e que entrarão em operação comercial no início de 2013.

Nossos investimentos somaram R\$ 735 milhões ao longo de 2011, através de aportes de capital nas nossas empresas controladas, bem como com financiamentos de longo prazo captados junto às instituições de fomento à infraestrutura, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Em setembro de 2011 a Companhia celebrou a aquisição da participação remanescente dos 50% na ENEX pertencentes ao Grupo Energia, passando a ser uma subsidiária integral da Desenvix. Atualmente a ENEX possui 34 contratos de O&M, totalizando 1.145 MW. Entre 2006 a 2011, o faturamento bruto da ENEX aumentou cerca de 33 vezes, passando de R\$ 570 mil para R\$ 19 milhões. Acreditamos que o mercado de operação e manutenção de empreendimentos de geração no Brasil tende a crescer nos próximos anos, permitindo à ENEX explorar novas oportunidades neste setor.

Em agosto de 2011 nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda de participação acionária na Desenvix à SN. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, o capital social da Desenvix passou a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

O valor desembolsado pela SN Power na execução do negócio foi de R\$ 725 milhões, sendo que R\$ 120 milhões foram aportados diretamente no capital da Companhia, por meio da aquisição de ações emitidas (operação primária), e R\$ 605 milhões foram adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

Nossa diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A afirmação acima está baseada nos seguintes indicadores:

- Fluxo de caixa previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo;
- Acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento dos empreendimentos; e
- Elevadas margens operacionais dos empreendimentos em operação, notadamente por força do rígido controle de custos e despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 257.286 mil, dos quais R\$ 120.000 mil representam empréstimo com Partes Relacionadas, sendo o mesmo, utilizado em março de 2012 para aumento de capital.

O saldo remanescente do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e PCHs e linhas de transmissão em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 155.104 mil, composto como segue: (i) Eólica Barra dos Coqueiros - contrato de financiamento em fase de assinatura com o Banco de Desenvolvimento da China, no montante de R\$ 88.000 mil, sendo a primeira liberação prevista para o mês de abril de 2012; (ii) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504 mil, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 mil prevista para o mês de abril de 2012 e (iii) Passos Maia - última parcela do financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 7.600 mil, foi liberada em janeiro de 2012. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver. Destaca-se, finalmente, que parcela substancial das usinas em implantação (PCHs, Eólicas e

Linhas de Transmissão) deverá entrar em operação em 2012, sendo fonte geradora de novos recursos financeiros para o Grupo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Nossa diretoria entende que nossa evolução da estrutura de capital apresenta níveis característicos à uma Companhia em plena expansão de sua capacidade instalada, com níveis elevados de investimentos e ativos de alto valor agregado, especialmente quando analisada sob a ótica da relação dívida líquida/patrimônio. Nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,10 em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, esta mesma relação era de 0,55.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$588.224 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$598.136 mil em 31 de dezembro de 2011. Esta variação se deu por força do aumento na conta de ajuste de avaliação patrimonial, em decorrência da operação de compra da nossa subsidiária ENEX.

Nosso endividamento líquido era de R\$323.201 mil em 31 de dezembro de 2010, comparado a um endividamento líquido de R\$657.3051 mil em 31 de dezembro de 2010.

O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 89,4% ou R\$ 356,6 milhões em função (i) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 79 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja visto a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 47,8 milhões, (iii) da liberação do financiamento do BNB do Parque Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 268 milhões, (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 211 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem e (v) da capitalização de juros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor aproximado de R\$ 8 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,6 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 28,8 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 181 milhões.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve um aumento no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 22,6 milhões, efeito principalmente (i) pelo aumento do saldo de nossas aplicações restritas (conta reserva), contabilizadas na conta patrimonial ativo não circulante, em função (a) da aplicação financeira da Desenvix Controladora no valor de R\$ 24 milhões proveniente da constituição de conta reserva utilizado como garantia ao empréstimo tomado junto à SN Power. A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária com a SN Power, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo, o qual foi convertido em aporte primário de capital no momento do fechamento do

negócio, no dia 08 de março de 2012, ocasião na qual o valor de R\$ 24 milhões ficou disponível para movimentação da Companhia; (b) Pela constituição de conta reserva das usinas eólicas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 14,2 milhões, por força dos contratos de financiamento firmados com o BNB. Também contribuiu para o aumento o saldo de caixa e aplicações financeiras o (ii) aumento nos saldos de aplicações financeiras das usinas em implantação, PCH Passos Maia, no valor total de R\$ 2,5 milhões e das usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 24,7 milhões, em ambos os casos provenientes do montante não gasto, até aquele momento, das parcelas dos financiamentos de longo prazo liberadas. Por outro lado, contribuiu para a redução do saldo de caixa e aplicações financeiras, os investimentos de capital próprio realizados nos nossos empreendimentos em implantação, nos nossos projetos em desenvolvimento, bem como nos nossos gastos gerais e administrativos.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	Var % Dez/11 x Dez/10
Endividamento bancário	399.012	755.675	89,4
- Financiamento de obras - BNDES	362.589	424.466	17,1
- Financiamento de obras - BNB	-	271.422	100,0
- Cédula de crédito bancário	-	31.033	100,0
- FINEP	26.008	17.443	-32,9
- Financiamento de capital de giro	10.005	10.000	0,0
- Outros	410	1.311	219,8
Caixa e aplicações financeiras	(75.811)	(98.370)	29,8
Dívida líquida	323.201	657.305	103,4

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento, nossa posição de liquidez, bem como os Empreendimentos em Construção, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida (tais como (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita; (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000 mil, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em

31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.) garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 31 de dezembro de 2011, existiam cinco contratos diretos com o BNDES e um indireto relacionados aos Empreendimentos em Operação (excluindo-se os projetos CERAN, em que somos minoritários e que possuem dois contratos diretos e um indireto com o BNDES). Esses contratos de financiamento com o BNDES são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Santa Laura, Santa Rosa, Monjolinho, Esmeralda, Passos Maia e Moinho.

- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida (tais como (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.) garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 31 de dezembro de 2011, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.
- **Demais Financiamentos - Desenvix Controladora:** Os demais financiamentos contratados com FINEP e Banco do Brasil são garantidos por meio do fluxo de dividendos dos Empreendimentos em Operação, bem como carta de fiança, aval, notas promissórias avalizadas, sendo que algumas dessas garantias são prestadas por partes relacionadas.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizados

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Além do financiamento descrito na Desenvix Controladora, não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

Em 31 de dezembro de 2011, possuíamos apenas dois financiamentos para capital de giro (CCB), tomados na Controladora junto (i) ao Banco do Brasil no valor de R\$10.000 mil e (ii) ao Banco Santander no valor de R\$30.000 mil.

Durante o ano de 2011 captamos R\$ 211.000 mil em empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem. Durante o próprio ano de 2011, amortizamos R\$ 180.000 mil da parcela do principal dos empréstimos ponte tomados, remanescendo o saldo de R\$ 30.000 mil referente o empréstimo do Banco Santander.

Em 31 de dezembro de 2011, não possuíamos nenhum financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias. Também no ano findo em 2010 não possuíamos nenhum financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa em franca expansão e que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda (40,65%), SN Power (40,65%) e FUNCEF (18,7%). A Jackson Empreendimentos Ltda é a empresa holding do Grupo Engevix, e também controladora da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,1 bilhões e encerrou o ano com 5.092 colaboradores, dos quais 630 engenheiros compunham seu corpo técnico, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás. A SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 15.478 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra

e Alemanha, além da própria Noruega. Possui 225 hidroelétricas e 5 termoelétricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas). A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje têm patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes.

Investimos em geração de energia elétrica através de fontes renováveis contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que nossos investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura energética nacional, acreditamos que continuaremos contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem nosso crescimento. Em 31 de dezembro de 2011 nosso endividamento bancário de longo prazo era em sua totalidade com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atreladas diretamente ao Governo Federal. Acreditamos na manutenção das linhas de financiamento de longo prazo uma vez que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, atrelado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal prevê a continuidade dos investimentos no setor.

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Nossos projetos em desenvolvimento e em implantação exigem grandes quantidades de investimentos, razão pela enfrentamos continuamente necessidade de recursos adicionais. Por essa razão, a nossa relação entre capital e dívida poderá variar significativamente no futuro.

A tabela apresentada no item 10.1 “b” demonstra o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	37.152	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	32.590	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	81.981	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	182.097	194.688
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	41.094	
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	49.552	
		<u>424.466</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Ano</u>	
			<u>Primeira parcela</u>	<u>Última parcela</u>
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	<u>ICSD</u>	<u>PLxAT</u>
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

O ICSD deverá ser apurado a partir do primeiro ano, ou semestre, no qual tenha havido, em todos os meses, pagamento de parcelas de amortização do financiamento. Com relação ao índice de capitalização (patrimônio líquido em relação ao ativo total), o mesmo deverá ser mantido durante todo o período do financiamento, apurado anualmente.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que

venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2011</u>
Seabra Energética S.A.	9,5	85.706
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	85.716
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.000
		<u>271.422</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Ano</u>	
			<u>Primeira parcela</u>	<u>Ultima parcela</u>
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios

decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

- **Cédula de Crédito Bancário**

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em março de 2012.

- **Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)**

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

- **Financiamentos de capital de giro**

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 17 de agosto de 2012 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2011 dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos já contratados, das nossas subsidiárias (i) Enercasa no contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504 mil, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 mil prevista para o mês de abril de 2012 e (i) Passos Maia referente a ultima parcela do financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 7.600 mil, foi liberada em janeiro de 2012.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Ativo	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	41.490	2,40%	57.672	5,09%	(28,06)%
Aplicação financeira restrita	24.799	1,43%	0	0,00%	0,00%
Contas a receber	34.505	1,99%	28.107	2,48%	22,76%
Impostos a recuperar	3.560	0,21%	2.288	0,20%	55,59%
Estoques	696	0,04%	653	0,06%	6,58%
Outros ativos	4.982	0,29%	0	0,00%	100,00%
Despesas antecipadas	13.645	0,79%	4.688	0,41%	191,06%
	123.677	7,14%	93.408	8,24%	32,41%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	32.081	1,85%	18.139	1,60%	76,86%
Partes relacionadas	33.680	1,95%	26.379	2,33%	27,68%
Imposto de renda diferido	2.051	0,12%	0	0,00%	100,00%
Outros ativos	60	0,00%	7	0,00%	757,14%
	67.872	3,92%	44.525	3,93%	52,44%
Investimentos					
Imobilizado	136.911	7,91%	87.660	7,73%	56,18%
Intangível	1.257.604	72,65%	807.875	71,26%	55,67%
	144.953	8,37%	100.270	8,84%	44,56%
Total do ativo não circulante	1.607.340	92,86	1.040.330	91,76%	54,50%
Total do ativo	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	57,68%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$41.490 mil, apresentando uma redução de 28,06% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$57.672 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pela redução de R\$38.800 mil no saldo da Desenvix Controladora, valor utilizado para investimento nas subsidiárias em implantação durante o ano de 2011. Em contrapartida, observou-se no período um aumento do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Seabra, no valor de R\$6.400 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$9.500 mil, (iii) na Macaúbas, no valor de R\$8.600 mil e (iv) Passos Maia, no valor de R\$2.000 mil, em função do saldo remanescente da parcela do financiamento de longo prazo. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$34.505 mil, apresentando um aumento de 22,76% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$28.107 mil. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$17.867 mil da subsidiária Enercasa. Por outro lado, contribuiu para a redução no saldo de “Contas a Receber” o (i) recebimento do reembolso dos custos incorridos com o projeto UHE Garibaldi no montante de R\$6.416 mil e o (ii) recebimento do depósito judicial da subsidiária Monel no valor de R\$5.556 mil.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$3.560 mil, apresentando um aumento de 55,59% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento contábil de um saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora no valor de R\$663 mil, sendo tal valor fruto da retenção do imposto de renda das aplicações financeiras.

Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$13.645 mil, um aumento de 191,06% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.688 mil. Esta variação decorre principalmente (i) das despesas com abertura de capital na Desenvix Controladora no valor R\$6.500 mil, (ii) do pagamento dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia das subsidiárias e (iii) do pagamento de seguro garantia da subsidiária Macaúbas, no valor de R\$1.100 mil.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$123.677 mil, apresentando um aumento de 32,41% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$93.408 mil.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$32.081 mil, apresentando um aumento de 76,86% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$18.139 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” no valor de R\$5.238 mil em nome da Macaúbas, no valor de R\$4.489 mil em nome da Novo Horizonte e no valor de R\$4.489 mil em nome da Seabra, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$33.680 mil, apresentando um aumento de 27,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo foi de R\$26.379 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do repasse na forma de mútuo ao longo do exercício de 2011 de (a) R\$2.993 mil da Desenvix Controladora à Usina Pau D’Alho, (b) repasse de R\$4.275 mil da Desenvix Controladora à Funcef e (c) do repasse de R\$14.529 mil da Desenvix Controladora à Jackson. Em contrapartida, o aumento no saldo foi parcialmente compensado pela liquidação do saldo de mútuo da Desenvix Controladora com a Engevix no montante de R\$10.655 mil ao longo do exercício de 2011.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$136.911 mil, apresentando um aumento de 56,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$87.660 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento de R\$500 mil no investimento em terras relacionadas aos nossos Empreendimentos e nosso Portfólio de Projetos, (ii) da integralização de capital na EPP, no montante de R\$858 mil, (iii) do aumento do valor justo da participação minoritária no CERAN, no montante de R\$8.840 mil, (iv) integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$20.857 mil e (v) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$17.497 mil.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.257.604 mil, apresentando um aumento de 55,67% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$807.875 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$51.002 mil referentes à Moinho, (ii) R\$289.887 mil referente ao Complexo Eólico Bahia, (iii) R\$38.370 mil referente à Passos Maia, e (iv) R\$70.611 mil referente à Enercasa. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$24.198 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Intangível” atingiu R\$144.953 mil, apresentando um aumento de 44,56% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$100.270 mil. O aumento observado foi fruto principalmente do ágio na aquisição da ENEX, no valor de R\$ 46.611 mil.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.607.340 mil, apresentando um aumento de 54,50% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.040.330 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 57,68% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.113.738 mil.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Passivo e patrimônio líquido	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
Circulante					
Fornecedores					
Partes relacionadas	6.505	0,38%	18.267	1,61%	(64,39%)
Terceiros	134.375	7,76%	24.211	2,14%	455,02%
Financiamentos	81.519	4,71%	47.920	4,23%	70,11%
Partes relacionadas	123.059	7,11%	909	0,08%	13.437,84%
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601	0,21%	4.972	0,44%	(27,57)%
Provisão para custos socioambientais	2.647	0,15%	1.801	0,16%	46,97%
Concessões a pagar	5.371	0,31%	5.266	0,46%	1,99%
Salários e encargos sociais	2.756	0,16%	1.365	0,12%	101,90%
Indenizações a pagar	532	0,03%	356	0,03%	49,44%
Impostos e contribuições	12.610	0,73%	7.534	0,66%	67,37%
Imposto de renda e contribuição social	4.837	0,25%	2.288	0,20%	91,74%
Dividendos propostos a pagar	529	0,03%	0	0,00%	100,00%
Outros passivos	3.601	0,21%	1.792	0,16%	100,95%
Total do passivo circulante	381.492	22,04%	116.681	10,29%	226,95%
Não circulante					
Financiamentos	674.156	38,95%	351.092	30,97%	92,02%
Indenizações a pagar	2.012	0,12%	1.988	0,18%	1,21%
Imposto de Renda Diferido	6.924	0,40%	3.505	0,31%	97,55%
Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	0	0,00%	2.237	0,20%	0,00%
Provisão para custos socioambientais	1.704	0,10%	2.626	0,23%	(35,11)%
Concessões a pagar	66.593	3,85%	67.385	5,94%	(1,18)%
Total do passivo não circulante	751.389	43,41%	428.833	37,82%	75,22%
Patrimônio líquido					
Capital social	546.787	31,59%	546.787	48,23%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	41.867	2,42%	35.587	3,14%	17,65%
Reservas de lucros	7.867	0,45%	5.850	0,52%	34,48%
Participação dos não controladores	1.615	0,09%	0	0,00%	100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	52,68%

CIRCULANTE

Fornecedores

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores - Partes relacionadas” foi de R\$6.505 mil, apresentando uma redução de 64,39% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o

saldo foi de R\$18.267 mil. Esta variação decorreu principalmente da redução do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção.

Terceiros

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores – Terceiros” foi de R\$134.375 mil, apresentando um aumento de 455,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$24.211 mil. Tal variação decorreu principalmente do aumento nos gastos com serviços de EPC pela (i) da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$81.519 mil, apresentando um aumento de 70,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$47.920 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, em função do saldo de R\$30.000 mil com empréstimo tipo ponte, tomado com o objetivo de garantir o andamento dos nossos empreendimentos em implantação, enquanto o financiamento de longo prazo não fosse liberado.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$123.059 mil, apresentando um aumento de 13.437,84% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$909 mil. Tal variação decorre principalmente do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

Contas a pagar por aquisição de terras

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a pagar por aquisição de terras” atingiu R\$3.601 mil, apresentando uma redução de 27,57% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.972 mil. Tal variação decorreu principalmente da liquidação, no exercício de 2011, do saldo a pagar das terras adquiridas ainda no exercício de 2009.

Provisão de Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Provisão de Custos Socioambientais” atingiu R\$2.647 mil, apresentando um aumento de 46,97% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.801 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Moinho e Enercasa, que entraram em operação durante o ano de 2011.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$5.371 mil, apresentando um aumento de 1,99% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$5.266 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2011.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$2.756 mil, apresentando um aumento de 101,9% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.365 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores da nossa subsidiária ENEX, que passou de 241 para 343 funcionários.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$532 mil, apresentando um aumento de 49,44%, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$356 mil. Esta variação decorreu principalmente da atualização de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$12.610 mil, apresentando um aumento de 67,37% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$7.534 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante o ano de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$4.837 mil, apresentando um aumento de 91,74% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2011.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a pagar” apresentou saldo nulo, em comparação com um saldo de R\$529 mil em 31 de dezembro de 2011. Tal variação é explicada pela provisão de pagamento mínimo referente ao resultado do exercício de 2011.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$3.601 mil, apresentando um aumento de 100,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.792 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Enercasa com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$381.492 mil, apresentando um aumento de 226,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$116.681 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$674.156 mil, apresentando um aumento de 92,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$351.092 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 79 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja visto a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 47,8 milhões, (iii) da liberação do financiamento do BNB do Parque Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 268 milhões, (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 211 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem e (v) da capitalização de juros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor aproximado de R\$ 8 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,6 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 28,8 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 181 milhões

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$2.012 mil, apresentando um aumento de 1,21% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$1.988 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta “Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia” era nulo, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$2.237 mil. A variação decorre da baixa contábil na Enercasa referente à constituição de provisão

para as perdas estimadas em função do atraso na construção do Empreendimento, resultando no não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE.

Provisão para Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Provisão para Custos Socioambientais” atingiu R\$1.704 mil, apresentando uma redução de 35,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.626 mil. Esta redução decorre da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$66.593 mil, apresentando uma redução de 1,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$67.385 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2011.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$751.389 mil, apresentando um aumento de 75,22% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$428.833 mil.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Participação dos não controladores” era inexistente, em comparação com o saldo de R\$1.615 mil em 31 de dezembro de 2011, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$596.521 mil, apresentando um aumento de 1,41% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$588.224 mil. Esta variação se deu por força da variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações minoritárias nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca, além do aumento no saldo de reservas de lucro.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 52,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.133.738 mil.

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

	2011	2010	AH
Fornecimento de energia elétrica	130.061	100.232	29,76%
Serviços prestados	13.342	6.114	118,22%
Receita de venda e reembolso de projetos		5.803	
Receita líquida operacional	143.403	112.149	27,87%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(9.309)	(9.800)	(5,01%)
Custo do serviço de energia elétrica	(64.524)	(38.163)	69,07%
Lucro bruto	69.570	64.186	8,39%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(23.817)	(15.341)	55,25%
Honorários da administração	(4.396)	(2.392)	83,78%
Com estudos em desenvolvimento	(4.352)	1.795	(342,45%)
Perdas com contratos de energia	(2466)	-	
Outras receitas operacionais, líquidas	(276)	1.577	(118%)
	(35.307)	(14.361)	145,85%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	34.263	49.825	(31,23%)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(54.729)	(45.228)	21,01%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	7.083	7.623	(7,08%)
	(47.646)	(37.605)	26,70%
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	1.580	(89)	(1875,28%)
Dividendos recebidos	941	212	343,87%
Ganho com Investimento	17.264	0	
Amortização direitos - contratos firmes	(383)	0	
	19.402	123	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.019	12.343	(51,24%)
Imposto de renda e contribuição social	(3.571)	(2.706)	31,97%
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários	2.448	9.637	(74,60%)
Atribuível a			
Acionistas da companhia	2.546	8.924	(71,47%)
Participação de não controladores	(98)	713	(113,74%)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.448	9.637	(74,60%)

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional líquida

Em 2011, a receita operacional líquida total somou R\$ 143,4 milhões, representando aumento de 27,9% na comparação com 2010, quando o valor foi de R\$ 112,1 milhões. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 29,8% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período, além do aumento de 144,2% da receita líquida de serviços de O&M. O aumento na receita operacional líquida total foi parcialmente compensado pela redução de 72,9% da receita líquida de outros serviços, além da receita com reembolso de projetos em 2011 ter sido nula.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Fornecimento de energia elétrica

Em 2011, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 130,1 milhões, apresentando um aumento de 29,8% em comparação com 2010, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 100,2 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 4,6 milhões, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, entretanto por força contratual contribuiu com a receita líquida de R\$ 21,2 milhões referente ao fornecimento dos 12 meses do ano (maiores detalhes são encontrados no item Custo dos Serviços Prestados) e (iv) da redução da receita aferida no ano de 2010 devido à implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, visando a preparação de um veículo para o IPO, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia. Mais especificamente, a redução da receita líquida de 2010, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 2,8 milhões na Esmeralda S.A., R\$ 1,9 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 3,9 milhões na Santa Rosa S.A. e R\$ 11,8 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A..

Em contrapartida ao aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011, foram observados fatores que contribuiriam para sua redução, entre eles: (i) o menor preço líquido médio da energia comercializada no período, praticado pela controlada UHE Monjolinho motivado pelo fim de seu CCVE celebrado no ACL e início do seu CCVE no ACR, conforme comentado no item Preço Líquido Médio da Energia Comercializada e (ii) ajuste negativo do MRE da PCH Santa Rosa, no valor de R\$ 2,8 milhões, pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina, conforme comentado no item Disponibilidade Média Geral da Companhia.

Serviços prestados

Serviços prestados de serviços de O&M

Em 2011, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 13,1 milhões, representando um aumento de 144,2% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 5,4 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2011, a ENEX possuía 31 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW, representando um aumento de 30,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando possuía 20 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 831 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	Var %
Quantidade Total	20	31	55,0
- Em operação	15	26	73,3
- Em construção	5	5	-
Potência Total (MW)	831	1.082	30,2
- Em operação	470	955	103,2
- Em construção	361	127	-64,8

Serviços prestados de outros serviços

Em 2011, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 198 mil, uma redução de 72,9% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 730 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Engevix.

Reembolso de projetos

A receita líquida com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração.

Em 2010, o projeto da UHE Garibaldi, projeto desenvolvido internamente na Desenvix, foi a leilão público. Em função das tarifas de energia praticadas no leilão a Administração interrompeu seu lance e a concessão para exploração da UHE foi para um concorrente. Assim, a receita apresentada em 2010 é referente ao reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto da UHE Garibaldi.

Em 2011, tivemos o leilão da UHE São Roque, no qual foram gastos cerca de R\$ 9,5 milhões no seu desenvolvimento. Como fomos os vencedores do leilão, não seremos reembolsados, porém somos autorizados a aportar o valor gasto na SPE criada para a implantação e exploração da concessão.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 73,8 milhões 2011, apresentando um aumento de 53,9% na comparação com 2010, quando atingiu R\$ 48 milhões, equivalente à 51,5% e 42,8% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo custo com compra de energia, o qual foi nulo em 2010, pelo aumento de 171,3% no custo dos serviços prestados de O&M, bem como, pelo aumento de 4,6% no custo de fornecimento de energia elétrica, entretanto, o aumento do custo foi mitigado pelo valor nulo do custo com reembolso de projetos.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo do serviço de energia elétrica

Diferentemente das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2011, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia, nesse relatório de administração destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2011 da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica em 2011 foi de R\$ 39,9 milhões, apresentando aumento de 4,6%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 38,2 milhões. O aumento observado foi inferior a inflação registrada no período. Apesar do crescimento, o aumento demonstra o resultado favorável do plano de contingenciamento de custos das nossas usinas em operação. Em 2011 tínhamos a PCH Moinho e UTE Enercasa operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 2,3 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que em 2010 ambas estavam em construção. Outro ponto a ser observado que reforça o plano de contingenciamento é o fato das empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A, na base de 2010, terem sido subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson durante os meses de julho e agosto, devido a implementação da reestruturação societária. Mais especificamente, a redução do custo dos serviços prestados por fornecimento de energia, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 0,7 milhão na Esmeralda S.A., R\$ 0,8 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 1,7 milhão na Santa Rosa

S.A. e R\$ 3,4 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A.. Caso retornássemos esses valores à base de 2010, a variação do custo com fornecimento de energia elétrica seria negativa, apresentando redução real, na comparação entre os períodos.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2010 foi nulo, enquanto que em 2011, o montante foi de R\$ 24,6 milhões. Esse aumento decorreu (i) da compra de energia para a PCH Moinho, no valor de R\$ 993 mil, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a possibilidade de antecipação na comercialização da energia do mês de janeiro de 2012 para o mês de agosto de 2011. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de setembro de 2011, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de agosto de 2011, em contra partida, faturou as receitas dos meses de agosto até dezembro de 2011. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 120,79, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em agosto de 2011 era R\$ 173,44.

Também contribuiu para o aumento do custo com compra de energia (ii) a compra de energia para a subsidiária UTE Decasa, no valor de R\$ 23,6 milhões, para fazer frente aos compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização de energia nos meses de janeiro até dezembro de 2011, mas, tendo recebido a autorização para operação comercial apenas no mês de outubro de 2011. No caso da UTE Decasa, a compra da energia trouxe o benefício da adimplência da entrega da energia, evitando assim a incidência da penalidade da CCEE, no valor de R\$ 11,5 milhões. Adicionalmente, a adimplência da entrega permitiu o faturamento do seu CCVE, durante o ano de 2011, garantindo receita de R\$ 20,4 milhões à subsidiária. No balanço de compra e venda de energia, auferimos prejuízo de R\$ 3,2 milhões, entretanto o plano de negócio da Companhia considerava perda de R\$ 6 milhões.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi de R\$ 8 milhões, apresentando um aumento de 171,3%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 3 milhões. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia aumentou em 42% o quadro de funcionários, passando de 241 em 31 de dezembro de 2010 para 343 em 31 de dezembro de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

Reembolso de projetos

O custo com reembolso de projeto em 2011 foi nulo, enquanto que em 2010 atingiu R\$ 5,8 milhões. O custo com reembolso de projetos ocorre no momento em que há o recebimento do ressarcimento dos custos com o desenvolvimento de projetos, conforme comentado no item Receita líquida de reembolso de projetos.

Outros serviços

O custo dos outros serviços em 2011 foi de R\$ 1,3 milhão, apresentando um aumento de 22,2%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 1 milhão. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

(Despesas) receitas operacionais

Em 2011, as despesas operacionais atingiram R\$ 35,3 milhões, apresentando um aumento de 141,3% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 14,4 milhões. As despesas operacionais representaram 24,6% e 12,8% da receita operacional líquida de 2011 e 2010, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas gerais e administrativas:

Em 2011, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 23,8 milhões, apresentando um aumento de 55,2% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 15,3 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 2,6 milhões, especialmente em função (a) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 1 milhão, (b) dos gastos com pessoal contratados para a engenharia do proprietário das usinas em implantação, no valor de R\$ 300 mil, (c) dos gastos com a auditoria externa, no valor de R\$ 1,2 milhão, enquanto que em 2010 tais despesas estão alocadas como despesas antecipadas com IPO e não no resultado e (d) pela reversão de despesas do resultado de 2010, no valor de R\$ 280 mil, reconhecidas como reembolsáveis pela auditoria da ANEEL para o projeto da UHE Garibaldi, (ii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 2,2 milhões, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (iii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em implantação, no valor de R\$ 200 mil, principalmente pelo início da implantação da Eólica Barra dos Coqueiros, (iv) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,9 milhões, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa que acrescentaram R\$ 1,5 milhão às despesas administrativas, (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 300 mil, (c) e pela implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho

S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução das despesas gerais e administrativas, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 94 mil na Esmeralda S.A., R\$ 58 mil na Santa Laura S.A., R\$ 161 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 640 mil na Monel Monjolinho Energética S.A..

Honorários da administração

Em 2011, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,4 milhões, apresentando um aumento de 83,8% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 2,4 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da reestruturação organizacional da companhia, com a criação das Vice-Presidências e a introdução de Conselho de Administração e Fiscal remunerados, de forma a prepará-la para seu crescimento futuro.

Com estudos em desenvolvimento

Em 2011, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 4,4 milhões, enquanto que em 2010 houve uma despesa negativa de R\$ 1,8 milhão. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Já em 2010 a despesa negativa sofreu influência do valor de R\$ 6,1 milhões transferido do resultado para o ativo intangível, após a auditoria da ANEEL validar os custos reembolsável da UHE São Roque.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no ano de 2011, a Companhia investiu R\$ 7,2 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 4,3 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, da conta ativo intangível era de R\$ 32,5 milhões.

Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	2010	2011
Incorridos no período	13.794	7.228
Apropriados ao Resultado	4.292	4.352
Saldo Ativo Intangível	29.640	32.516

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo em 2010. O saldo observado em 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto.

Outras receitas operacionais líquidas

Em 2011 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 276 mil, em comparação com uma receita de R\$ 1.577 mil em 2010. A despesa de 2011 é referente principalmente à provisão para perda de devedores duvidosos, enquanto que a receita de 2010 é referente ao recebimento da parcela final da venda de nossa participação no consórcio chamado de “Consórcio de Empresas” (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$34.263 mil, apresentando uma redução de 31,23% sobre o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$49.825 mil.

Resultado financeiro

Em 2011, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47,6 milhões, aumento de 26,7% na comparação com 2010, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 37,6 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Despesas financeiras

Em 2011, as despesas financeiras atingiram R\$ 54,7 milhões, apresentando um aumento 21% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 45,2 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento de 31,6% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 34,1 milhões em 2010 para R\$ 44,9 milhões em 2011, principalmente em função (a) do aumento de R\$ 6,6 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos ao longo de 2011, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, (b) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 2 milhões para o aumento, além (c) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e

Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado anteriormente. Mais especificamente, a redução das despesas financeiras com financiamentos, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 694 mil na Esmeralda S.A., R\$ 594 mil na Santa Laura S.A., R\$ 1.486 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 2.646 mil na Monel Monjolinho Energética S.A.. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (a) pela redução de R\$ 2 milhões no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, uma vez que os juros pagos são decrescentes e (b) pela redução de nos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 1 milhão uma vez que os juros pagos são decrescentes. O aumento das despesas financeiras também é decorrente (i) do aumento de 25% com despesas de fiança bancária exigidas na contratação de financiamentos como forma de garantia, além (ii) do aumento de 14,7% com despesas com IOF, principalmente pelos financiamentos tipo ponte contratados ao longo de 2011. Em contra partida ao aumento das despesas financeiras, houve redução das despesas com concessões a pagar e outras despesas de 43,1%. A conta é composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição pela Utilização do Bem Público ("UBP") da UHE Monjolinho, entretanto a redução se deve principalmente pelo ajuste de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 1,1 milhão pago pela subsidiária UHE Monjolinho, no momento de sua consolidação com as demais empresas do Grupo.

Nossa despesa financeira com financiamentos também sofreu redução pela capitalização dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados ao longo de 2011, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável. Respeitando o Item 12 do CPC-20, a Companhia elegeu R\$ 9,7 milhões de um total de R\$ 17,1 milhões com despesas decorrentes dos empréstimos pontes ao seu ativo imobilizado, no momento da sua consolidação.

Receitas financeiras

Em 2011, as receitas financeiras atingiram R\$ 7,1 milhões, apresentando redução de aumento 7,1% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 7,6 milhões. Tal variação é decorrente principalmente da redução com variações monetárias ativas. Contribuíram de forma contrária à redução da receita financeira, o aumento com receitas financeiras com aplicações financeiras e o aumento de juros e outras receitas.

Resultados de participações societárias

Em 2011, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 19,4 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 123 mil em 2010.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial de 2011 é composto pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,3 milhões, bem como pelo resultado negativo da

subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 581 mil e pelo também resultado negativo da subsidiária Enerpar, no valor de R\$ 127 mil.

Dividendos recebidos

Em 2011, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 941 mil, sendo R\$ 322 mil e R\$ 619 mil, respectivamente.

Ganho com investimentos

Em 2011, nosso resultado apresenta ganho com investimentos no valor de R\$ 17,3 milhões, fruto da operação de compra da nossa subsidiária ENEX. Conforme CPC 15, a Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos.

Amortização de ágio

Em 2011, apuramos despesa de R\$ 383 mil com amortização de ágio, referente ao ágio de nossa controlada ENEX.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2011, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 3,6 milhões, contra R\$ 2,7 milhões de 2010. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2011, a participação de não controladores foi de R\$ 98 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.. Já em 2010, o saldo da participação de não controladores era de R\$ (713) e representava a participação do Caixa FIP Cevix nos nossos resultados.

Lucro líquido do exercício

Em 2011, foi registrado um resultado líquido positivo em R\$ 2,5 milhões, enquanto que em 2010 apuramos um resultado líquido positivo de R\$ 8,9 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

Ressaltamos que conforme comentários do item Ganho com investimentos, nosso resultado foi afetado positivamente, de forma econômica, pela operação de compra de participação da nossa subsidiária ENEX.

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Ativo	Dez 2010	AV	Dez 2009	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	57.672	5,09%	30.331	3,57%	90,14%
Investimentos temporários	0	0,00%	243	0,03%	
Contas a receber	28.107	2,48%	19.111	2,25%	47,07%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	463	0,05%	
Dividendos a receber	0	0,00%	691	0,08%	
Impostos a recuperar	2.288	0,20%	1.645	0,19%	39,09%
Estoques	653	0,06%	716	0,08%	(8,80%)
Outros ativos	0	0,00%	340	0,04%	
Despesas antecipadas	4.688	0,41%	1.534	0,18%	205,61%
	93.408	8,24%	55.074	6,48%	69,60%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	18.139	1,60%	9.130	1,07%	98,67%
Partes relacionadas	26.379	2,33%	5.263	0,62%	401,22%
Outros ativos	7	0,00%	2	0,00%	250,00%
	44.525	3,93%	14.395	1,69%	209,31%
Investimentos	87.660	7,73%	77.867	9,16%	12,58%
Imobilizado	807.875	71,26%	603.072	70,92%	33,96%
Intangível	100.270	8,84%	99.941	11,75%	0,33%
Total do ativo não circulante	1.040.330	91,76%	795.275	93,52%	30,81%
Total do ativo	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%	33,33%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$57.672 mil, apresentando um aumento de 90,14% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$30.331 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pela incorporação da Cevix que, em 30 de setembro de 2010 (data da sua incorporação pela Companhia), tinha um

saldo de R\$82.854 mil em “Caixa e equivalentes de caixa” (o item 6.5.1 deste Formulário de Referência contém maiores detalhes sobre a reestruturação que culminou com a incorporação da Cevix pela Companhia), e (ii) pelo aumento do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” da (a) Santa Rosa no valor de R\$1.838 mil, (b) Santa Laura no valor de R\$1.507 mil e (c) Monel no valor de R\$7.468 mil. Em contrapartida, observou-se no período uma redução do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Esmeralda, no valor de R\$356 mil e (ii) na Moinho, no valor de R\$7.644 mil. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos no montante de R\$ 672 mil.

Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Investimentos temporários” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$243 mil, representando investimento em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) adquiridas pelo Caixa FIP Cevix.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$28.107 mil, apresentando um aumento de 47,07% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$19.111 mil. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) reconhecimento contábil do reembolso dos custos incorridos com o projeto UHE Garibaldi, no montante de R\$6.416 mil, e (ii) aumento do saldo de contas a receber da Monel no montante de R\$2.454 mil. O saldo remanescente no montante de R\$126 mil refere-se ao aumento observado no saldo de contas a receber de nossas demais controladas decorrente da correção monetária dos valores de nossos contratos de compra e venda de energia.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$463 mil, representando uma aplicação financeira de curto prazo adquirida para atender às exigências contratuais de liquidez decorrentes do empréstimo efetuado junto ao Banco Pine. Referido empréstimo junto ao Banco Pine foi quitado ao longo do exercício de 2010.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a receber” era nulo, em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$691 mil. O saldo de “Dividendos a receber” foi zerado uma vez que os dividendos foram todos pagos até 30 de setembro de 2010.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$2.288 mil, apresentando um aumento de 39,09% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.645 mil. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento contábil de um saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora no valor de R\$941 mil, sendo tal valor fruto da revisão do montante do imposto de renda devido no exercício de 2010.

Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$4.688 mil, um aumento de 205,61% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.534 mil. Esta variação decorre principalmente (i) das despesas com abertura de capital na Desenvix Controladora no valor R\$2.688 mil, e (ii) do pagamento dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia de (a) R\$106 mil por Macaúbas, (b) R\$139 mil por Enercasa, (c) R\$126 mil por Novo Horizonte, (d) R\$101 mil por Seabra e (e) R\$307 mil por Passos Maia.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$93.408 mil, apresentando um aumento de 69,60% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$55.074 mil.

NÃO CIRCULANTE**Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$26.379 mil, apresentando um aumento de 401,22% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo foi de R\$5.263 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do repasse na forma de mútuo ao longo do exercício de 2010 de (a) R\$3.211 mil da Desenvix Controladora à Enercasa, (b) repasse de R\$10.302 mil da Desenvix Controladora à Usina Paud`alho, (c) do repasse de R\$2.110 mil da Desenvix Controladora à Passos Maia e (d) do repasse de R\$101 mil da Desenvix Controladora à Bom Retiro, e (ii) do aporte de capital realizado pela Desenvix Controladora nas LTs MGE e Goiás que, à época do aporte, ainda pertenciam à Engevix, razão pela qual reconhecemos contabilmente um crédito contra a Engevix no montante total do aporte no valor de R\$10.655 mil (o item 7.1.2.2.5 contém um detalhamento das condições de aquisição das LTs MGE e Goiás da Engevix). Em contrapartida, o aumento no saldo foi parcialmente compensado pela liquidação do saldo de mútuo da Desenvix Controladora com a Jackson no montante de R\$4.754 ao longo do exercício de 2010.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$18.139 mil, apresentando um aumento de 98,67% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$9.130 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” no valor de R\$9.284 mil em nome da Monel, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNDES. O item 10.1 (f) deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de nossos contratos financeiros.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$87.660 mil, apresentando um aumento de 12,58% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$77.867 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento de R\$7.476 mil no investimento em terras relacionadas aos nossos Empreendimentos e nosso Portfólio de Projetos, (ii) da integralização de capital na EPP, no montante de R\$714 mil e (iii) do ágio na aquisição da Passos Maias no montante de R\$3.541 mil.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$807.875 mil, apresentando um aumento de 33,96% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$603.072 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$36.612 mil referentes à Moinho, (ii) R\$164.374 mil referente ao Parque Eólico Bahia, (iii) R\$23.996 mil referente à Passos Maia, e (iv) R\$5.161 mil referente à Enercasa. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$24.389 mil. O impacto da depreciação mencionada anteriormente é resultado da adoção, por nós, do padrão contábil internacional nas demonstrações financeiras do exercício de 2010 e 2009. O item 10.4 deste Formulário de Referência contém um detalhamento dos efeitos da adoção do padrão contábil internacional sobre nossas demonstrações financeiras.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Intangível” atingiu R\$100.270 mil, apresentando um aumento de 0,33% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$99.941 mil. O saldo da conta permaneceu praticamente inalterado em função do saldo líquido entre a redução provocada pela amortização do intangível dos Empreendimentos em Operação, no montante de R\$3.852 mil, parcialmente compensada com os gastos com EVTE, estudos de inventário e projetos básicos referentes aos nossos Projetos, no montante de R\$740 mil na Desenvix Controladora. Ainda, contribuiu positivamente para o aumento do saldo de “Intangível”, no montante de R\$3.541 mil, o Direito de Autorização pela qual a Adami S.A. cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50,0% do capital social da Passos Maia. Maiores detalhes estão disponíveis no item 29 das notas explicativas de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.040.330 mil, apresentando um aumento de 30,81% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$795.275 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Total do Ativo" atingiu R\$1.113.738 mil, apresentando um aumento de 33,33% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$850.349 mil.

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Passivo e patrimônio líquido	Dez 2010	AV	Dez 2009	AV	AH
Circulante					
Fornecedores					
Partes relacionadas	18.267	1,61%	11.523	1,36%	58,53%
Terceiros	24.211	2,14%	7.482	0,88%	223,59%
Financiamentos	47.920	4,23%	46.903	5,52%	2,17%
Partes relacionadas	909	0,08%	3.573	0,42%	-74,56%
Contas a pagar por aquisição de terras	4.972	0,44%	7.582	0,89%	-34,42%
Provisão para custos socioambientais	1.801	0,16%	1.582	0,19%	13,84%
Concessões a pagar	5.266	0,46%	4.734	0,56%	11,24%
Salários e encargos sociais	1.365	0,12%	862	0,10%	58,35%
Indenizações a pagar	356	0,03%	670	0,08%	-46,87%
Impostos e contribuições	7.534	0,66%	9.325	1,10%	-19,21%
Imposto de renda e contribuição social	2.288	0,20%	1.796	0,21%	27,39%
Dividendos a pagar	0	0,00%	261	0,03%	-100,00%
Outros passivos	1.792	0,16%	4.650	0,55%	-61,46%
Total do passivo circulante	116.681	10,29%	100.943	11,87%	15,59%
Não circulante					
Financiamentos	351.092	30,97%	424.205	49,89%	-17,24%
Indenizações a pagar	1.988	0,18%	1.850	0,22%	7,46%
Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	2.237	0,20%	2.019	0,24%	10,80%
Provisão para passivo a descoberto	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Provisão para custos socioambientais	2.626	0,23%	3.893	0,46%	-32,55%
Concessões a pagar	67.385	5,94%	61.933	7,28%	8,80%
Total do passivo não circulante	428.833	37,82%	497.686	58,53%	-13,83%
Patrimônio líquido					
Capital social	546.787	48,23%	178.000	20,93%	207,18%
Ajuste de avaliação patrimonial	35.587	3,14%	33.069	3,89%	7,61%
Reservas de lucros	5.850	0,52%	24.323	2,86%	-75,95%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	(9.880)	-1,16%	-100,00%
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0,00%	3.750	0,44%	-100,00%
Participação dos não controladores	0	0,00%	22.458	2,64%	-100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%	33,33%

CIRCULANTE

Fornecedores

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Fornecedores - Partes relacionadas” foi de R\$18.267 mil, apresentando um aumento de 58,53% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo foi de R\$11.523 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção. O aumento nos gastos com serviços de EPC é justificado principalmente pelo (i) início da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa e (ii) aceleração nas obras de construção da PCH Moinho.

Terceiros

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Fornecedores – Terceiros” foi de R\$24.211 mil, apresentando um aumento de 223,59% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$7.482 mil. Tal variação decorreu principalmente do aumento nos gastos com serviços de EPC pelo (i) início da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa e (ii) aceleração nas obras de construção da PCH Moinho.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$47.920 mil, apresentando um aumento de 2,17% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$46.903 mil. Tal variação decorre principalmente da reclassificação de longo prazo para curto prazo de parcela do saldo devedor do financiamento da Monel tomado junto ao BNDES, no valor de R\$9.210 mil, parcialmente compensado pela redução de R\$8.141 mil no saldo da conta “Financiamentos” da Desenvix Controladora, em função da transferência do empréstimo do Banco Votorantim para a Jackson.

O item 10.1 “f” deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de todos os nossos contratos de financiamento.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$909 mil, apresentando uma redução de 74,56% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.573 mil. Tal variação decorre principalmente da liquidação do saldo do mútuo com a Jackson no montante de R\$2.620 no exercício de 2010.

Contas a pagar por aquisição de terras

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Contas a pagar por aquisição de terras” atingiu R\$4.972 mil, apresentando uma redução de 34,42% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$7.582 mil. Tal variação decorreu principalmente da liquidação, no exercício de 2010, do saldo a pagar das terras adquiridas no exercício de 2009.

Provisão de Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Provisão de Custos Socioambientais” atingiu R\$1.801 mil, apresentando um aumento de 13,84% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.582 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$5.266 mil, apresentando um aumento de 11,24% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$4.734 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2010.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$1.365 mil, apresentando um aumento de 58,35% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$862 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores, de 40 para 51.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$356 mil, apresentando uma redução de 46,87%, em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$670 mil. Esta variação decorreu principalmente da liquidação de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009. O item 7.1.2.1.4 deste Formulário de Referência contém um detalhamento da Monel e do respectivo termo de compromisso.

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$7.534 mil, apresentando uma redução de 19,21% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$9.325 mil. Tal variação decorre principalmente da redução (i) de R\$858 mil do saldo de COFINS retido, (ii) de R\$1.733 mil do ICMS a pagar, (iii) de R\$186 mil do PIS a pagar, (iv) de R\$351 mil dos tributos retidos na fonte, (v) de R\$632 de taxas e contribuições da ANEEL e (vi) de R\$903 mil de provisões para riscos fiscais. Em contrapartida, observou-se um aumento no saldo a pagar no valor de (i) R\$1.440 mil de IOF e (ii) de R\$ 739 mil de ISSQN a pagar.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$2.288 mil, apresentando um aumento de 27,39% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.796 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2010.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a pagar” apresentou saldo nulo, em comparação com um saldo de R\$261 mil em 31 de dezembro de 2009. Tal variação é explicada em função do pagamento integral dos dividendos devidos no exercício de 2010.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$1.792 mil, apresentando uma redução de 61,46% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$4.650 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da baixa das provisões constituídas na Monel no montante total de R\$2.054 mil referentes a (a) gastos com projetos sociais relacionados ao empreendimento, (b) gastos com adequação de meio ambiente, (c) gastos com compensação ambiental e (d) gastos com o acabamento do empreendimento, (ii) da baixa de provisões da Enex no montante de R\$290 mil. Em contrapartida, observou-se no período um aumento de R\$503 mil no saldo de “Outros Passivos” do Parque Eólico da Bahia. Tal valor refere-se às retenções de percentuais das faturas emitidas por determinados fornecedores do Empreendimento, conforme previsto nos respectivos contratos.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$116.681 mil, apresentando um aumento de 15,59% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$100.943 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$351.092 mil, apresentando uma redução de 17,24% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$424.205 mil. Esta variação decorre principalmente da (i) transferência do empréstimo tomado pela Desenvix

Controladora junto ao Banco Votorantim para a Jackson e (ii) reclassificação das parcelas a vencer do longo prazo para o curto prazo dos financiamentos tomados pela Desenvix Controladora, totalizando uma redução de R\$53.618 mil. Também contribuiu para a redução, a transferência de R\$19.759 mil das parcelas a vencer do longo para o curto prazo dos financiamentos da Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel. Em contrapartida, observou-se no período um acréscimo do saldo do financiamento da ENEX no montante de R\$265 mil. O item 10.1 (f) deste Formulário de Referência contém um detalhamento dos nossos contratos de financiamento.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$1.988 mil, apresentando um aumento de 7,46% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo era de R\$1.850 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta “Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia” era de R\$2.237 mil, apresentando um aumento de 10,80% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo era de R\$2.019 mil. A variação decorre da atualização monetária contabilizada na Enercasa referente à constituição de provisão para as perdas estimadas em função do atraso na construção do Empreendimento, resultando no não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE. O item 7.1.2.2.3 deste Formulário de Referência contém um detalhamento do Empreendimento Enercasa.

Provisão para Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Provisão para Custos Socioambientais” atingiu R\$2.626 mil, apresentando uma redução de 32,55% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.893 mil. Esta redução decorre da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “-Concessões a pagar” atingiu R\$67.385 mil, apresentando um aumento de 8,80% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$61.933 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2010.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$428.833 mil, apresentando uma redução de 13,83% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$497.686 mil.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Participação dos não controladores” era inexistente, em comparação com o saldo de R\$22.458 mil em 31 de dezembro de 2009. Esta variação se deu por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, após a cisão da Desenvix, com versão do seu acervo líquido para a Jackson, a Desenvix deixou de reconhecer a participação minoritária da Funcef antes reconhecida no consolidado.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$ 558.224 mil, apresentando um aumento de 156,57% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$229.262 mil. Esta variação se deu por força da implementação da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência. A nota 19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 contém uma descrição pormenorizada da evolução do nosso patrimônio líquido.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.133.738 mil, apresentando um aumento de 33,33% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$850.349 mil.

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>AH</u>
Receita bruta operacional			
Fornecimento de energia elétrica	100.232	72.838	37,61%

Proposta da Administração para a AGO/E de 26 de abril de 2012

Serviços prestados	6.114	3.805	60,68%
Receita de venda e reembolso de projetos	5.803	0	
Receita líquida operacional	112.149	76.646	46,33%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(9.800)	(1.951)	402,31%
Custo do serviço de energia elétrica	(42.889)	(19.106)	124,48%
Lucro bruto	59.460	55.586	6,97%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(10.615)	(7.436)	42,75%
Honorários da administração	(2.392)	(1.134)	110,93%
Com estudos em desenvolvimento	1.795	3.343	(46,31%)
Perdas com contratos de energia		(2.019)	
Outras receitas operacionais, líquidas	1.577	(6)	
	(9.635)	(7.252)	32,86%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	49.825	48.334	3,08%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(45.228)	(42.075)	7,49%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	7.623	2.670	185,51%
	(37.605)	(39.405)	(4,57%)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	89	77	(215,58%)
Dividendos recebidos	212	701	(69,76%)
Provisão para passivo a descoberto			
Baixa e provisão para perda com investimentos		(2.213)	
	123	(1.435)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.343	7.494	64,71%
Imposto de renda e contribuição social	(2.706)	(3.176)	(14,80%)
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários	9.637	4.318	123,18%
Participação de minoritários	713	964	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.924	3.354	166,07%

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional líquida

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita operacional líquida operacional atingiu R\$112.149 mil, o que representou um aumento de 46,33% em relação ao período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$76.643 mil.

Fornecimento de energia elétrica

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o fornecimento de energia elétrica gerou receita de R\$100.232 mil, apresentando um aumento de 37,61% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando nossa receita de fornecimento de energia elétrica foi de R\$72.838 mil. Tal variação decorreu da entrada em operação comercial da Monel em setembro de 2009 uma vez que, (i) nos doze meses de 2009, referido empreendimento contribuiu com apenas quatro meses de receita, atingindo R\$24.114 mil e, por sua vez, (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o empreendimento contabilizou receitas ao longo de todo o período no montante de R\$60.602 mil.

Em contrapartida, nossos Empreendimentos em Operação apresentaram redução da sua receita de venda de energia no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma vez que, em decorrência da implementação do Passo 1 da reestruturação societária descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, nos meses de julho e agosto de 2010 tais Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser considerados em nosso resultado consolidado. Mais especificamente, a redução da receita foi de (i) R\$2.232 mil na Esmeralda, (ii) R\$1.715 mil na Santa Laura e (iii) R\$3.708 mil na Santa Rosa II.

Dessa maneira, o montante de R\$60.602 mil mencionado acima e referente à receita bruta de venda de energia elétrica da Monel contempla o efeito líquido entre o aumento nas suas atividades operacionais combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária.

Serviços prestados

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita dos serviços prestados de O&M e de serviços de gerenciamento de Empreendimentos em Operação representaram R\$6.114 mil, um aumento de 60,68% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$3.805 mil. Esta variação decorreu, principalmente, (i) do aumento de R\$2.233 mil no faturamento de serviços de O&M da ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, (ii) do aumento de R\$402 mil no faturamento de prestação de serviços de gerenciamento de Empreendimentos em Operação, e (iii) do reconhecimento de receita no montante de R\$5.803 mil oriunda do reembolso dos gastos que incorremos com o projeto UHE Garibaldi (projeto levado a leilão em julho de 2010 e arrematado por empresa concorrente). A contrapartida contábil do reconhecimento da receita mencionada em (iii) acima foi o lançamento do mesmo valor na rubrica “Custos das vendas e dos serviços prestados” de nossa Demonstração de Resultados. Para maiores informações favor consultar abaixo o comentário da administração à rubrica “Custos das vendas e dos serviços prestados”.

Custos dos serviços prestados

Custo do serviço de energia elétrica

Os nossos custos do serviço de energia elétrica no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$42.889 mil, apresentando um aumento de 124,48%, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$19.106 mil. Esta variação decorreu principalmente (i) da entrada em operação comercial da UHE Monjolinho em setembro de 2009, uma vez que, (a) nos primeiros doze meses de 2009, referido empreendimento contabilizou apenas quatro meses de custo, atingindo R\$7.182 mil e (b) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2010, o empreendimento contabilizou custos ao longo de todo o período, totalizando R\$27.621 mil., e (ii) do aumento do custo do serviço de energia elétrica nos Empreendimentos em Operação decorrente do reconhecimento da depreciação acumulado conforme estabelecido pelas regras do CPC. Mais especificamente, tal aumento foi de (i) R\$ 672 mil na Esmeralda, (ii) R\$1.722 na Santa Laura e (iii) R\$995 mil na Santa Rosa.

Em contrapartida, a implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, afetou o custo do serviço prestado de nossos Empreendimentos em Operação, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

Dessa maneira, o aumento de 124,48% mencionado acima representa o resultado líquido do acréscimo dos nossos custos do serviço de energia elétrica combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária mencionada acima.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Os nossos custos das vendas e dos serviços prestados no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$9.800 mil, apresentando um aumento de 402,31%, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$1.951 mil. Esta variação decorreu principalmente (i) do acréscimo no custo das vendas e dos serviços prestados pela ENEX, no montante de R\$1.250 mil, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, e (ii) do aumento de R\$6.599 mil no custo operacional da Desenvix Controladora decorrente (a) da reversão dos custos reconhecidos anteriormente no ativo intangível relacionados ao desenvolvimento do projeto UHE Garibaldi, no montante de R\$5.803 mil e, (b) aumento das despesas com folha de pagamento e custos de administração dos Empreendimentos em Construção. A contrapartida contábil ao lançamento mencionado em (a) acima foi o lançamento do mesmo valor em receita operacional (rubrica “Serviços Prestados”) de nossa DRE. Para maiores informações favor consultar acima o comentário da administração à rubrica “Serviços Prestados”.

Lucro (prejuízo) bruto

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro bruto atingiu R\$59.460 mil, representando um aumento de 6,97% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$55.586 mil.

(Despesas) receitas operacionais

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas operacionais atingiram R\$9.635 mil, apresentando um aumento de 32,86% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$7.252 mil. Esta variação está explicada na análise das contas abaixo:

Despesas gerais e administrativas:

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas gerais e administrativas atingiram R\$10.615 mil, apresentando um aumento de 42,75% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$7.436 mil. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora no valor de R\$3.502 mil, especialmente em função do aumento nos gastos com serviços de terceiros, consultorias, publicações legais e pagamento do programa de PLR dos funcionários, (ii) aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX no valor de R\$434 mil em decorrência do aumento da sua atividade operacional, (iii) do início da construção de novos empreendimentos (e.g. Parque Eólico Bahia, Passos Maia e Enercasa).

Em contrapartida, os Empreendimentos em Operação apresentaram redução nas despesas gerais e administrativas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

Honorários da administração

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas com honorários da administração atingiram R\$2.392 mil, apresentando um aumento de 110,93% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$1.134 mil. Tal variação decorreu do aumento no quadro de funcionários da administração.

Com estudos em desenvolvimento

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, contabilizamos receitas com estudos em desenvolvimento no valor de R\$1.795 mil, apresentando uma redução de 46,31% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$3.343 mil. Para entender a redução observada no período é preciso observar que os gastos incorridos no desenvolvimento de nossos Projetos são alocados inicialmente ao custo. Em determinadas situações, tais custos são recuperados por nós, situação na qual revertemos parcela destes custos por meio do reconhecimento de ativo em contrapartida ao resultado do exercício. Tais reversões se dão, por exemplo, quando a ANEEL aprova estudos para determinada UHE ou,

ainda, quando iniciamos a construção de uma PCH. Dessa maneira, a variação observada acima decorre da redução, no exercício de 2010, no número de eventos que, de acordo com as práticas contábeis, ensejam a reversão do custo em ativo, justificando a redução na receita advinda com estudos em desenvolvimento.

Outras receitas operacionais líquidas

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, outras receitas operacionais líquidas atingiram R\$1.577 mil, em comparação com uma despesa de R\$6 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação decorreu principalmente da contabilização de outras receitas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, notadamente o recebimento da parcela final referente à venda de nossa participação no consórcio chamado de “Consórcio de Empresas” (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina), no montante de R\$1.418 mil.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$49.825 mil, apresentando um aumento de 3,08% sobre o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$48.334 mil.

Resultado financeiro

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, obtivemos um resultado financeiro de R\$(37.605) mil, apresentando uma redução de 4,57% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando obtivemos um resultado financeiro de R\$(39.405) mil. Esta redução é consequência (i) do aumento da receita financeira na Desenvix Controladora decorrente da aplicação dos recursos aportados pelo Caixa FIP Cevix durante o exercício de 2010, e (ii) da correção monetária da receita referente ao reembolso dos gastos com o projeto UHE Garibaldi, sendo tal correção no montante de R\$610 mil e reconhecida contabilmente como uma receita financeira (o valor do efetivo reembolso, no montante de R\$5.803 mil, foi reconhecido sob a rubrica “Serviços Prestados”, sendo sua contrapartida contábil reconhecida sob a rubrica “Custos das vendas e dos serviços prestados”. Para maiores informações sobre nossa receita de reembolso com a UHE Garibaldi favor consultar os comentários da administração às rubricas “Serviços Prestados” e “Custo das vendas e dos serviços prestados”) e (iii) correção monetária de valor depositado em juízo pela Monel, sendo tal correção no valor de R\$1.649.

Ainda, observou-se no período (i) uma redução no montante das despesas financeiras na Desenvix Controladora em função da transferência de dívida tomada junto ao Banco Votorantim para nosso Acionista Controlador Indireto Jackson e (ii) uma redução no montante das despesas financeiras de nossos Empreendimentos em Operação, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias

de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado. Mais especificamente, referida redução foi de (i) R\$1.193 mil na Esmeralda, R\$1.003 mil na Santa Laura e R\$2.254 mil na Santa Rosa.

Por sua vez, observou-se no período um aumento nas despesas financeiras de nossa controlada Monel no montante de R\$8.412 mil. Tal aumento deve-se à entrada em operação comercial da Monel em setembro de 2009 uma vez que, (i) nos doze meses de 2009, referido empreendimento contabilizou apenas quatro meses de despesa financeira, atingindo R\$7.182 mil, e, por sua vez (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o empreendimento contabilizou despesas financeiras ao longo de todo o período, alcançando o montante de R\$18.648.

Resultados de participações societárias

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o resultado de participações societárias foi de R\$123 mil, em comparação com um resultado de R\$(1.435) mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação está explicada na análise das contas abaixo:

Equivalência patrimonial

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso resultado de equivalência patrimonial atingiu R\$(89) mil, em comparação com um resultado de R\$77 mil em 30 de setembro de 2009. A variação observada se deu em função da implementação de uma reestruturação societária em nossa coligada Enerpar, afetando seu valor patrimonial e, conseqüentemente, nosso resultado de equivalência.

Dividendos recebidos

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, os dividendos recebidos foram de R\$212 mil, apresentando uma redução de 69,76% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando o resultado foi de R\$701 mil. Esta variação decorre da redução dos dividendos distribuídos pela Dona Francisca no exercício de 2010.

Baixa e provisão para perda com investimentos

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Baixa e provisão para perda com investimentos” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$(2.213) mil. O montante de R\$(2.213) mil refere-se ao provisionamento realizado no exercício de 2009 e está relacionado às perdas estimadas pelo atraso na construção da usina Enercasa. A nota 10.e do Relatório dos Auditores Independentes de 31 de dezembro de 2010 contém um detalhamento do método de cálculo e das razões que conduziram ao provisionamento referido acima.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o imposto de renda e contribuição social do exercício foi de R\$(4.284) mil, o que significou um aumento de 53,49% comparado ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$(2.791) mil. Esta variação é decorrente do aumento do lucro tributável, principalmente em função da entrada em operação da Monel em setembro de 2009, uma vez que, (i) nos primeiros doze meses de 2009, referido empreendimento apurou imposto de renda e contribuição social sobre o resultado de quatro meses, atingindo R\$907 mil e (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2010, o empreendimento apurou imposto de renda e contribuição social sobre o resultado de doze meses, totalizando R\$2.389 mil. Ainda, observou-se no período um aumento no imposto de renda e contribuição social do exercício de R\$139 mil na Desenvix Controladora e de R\$91 mil na ENEX.

Em contrapartida, os Empreendimentos em Operação apresentaram redução no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado. Mais especificamente, referida redução foi de (i) R\$30 mil da Esmeralda, R\$55 mil da Santa Laura e R\$127 mil da Santa Rosa.

Dessa maneira, o valor de R\$907 mil mencionado acima e referente ao resultado do imposto de renda da Monel representa o resultado líquido do acréscimo do seu imposto de renda combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária.

Lucro líquido do exercício

Em função do acima descrito, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 nosso lucro líquido foi de R\$8.059 mil, o que significou um aumento de 71,34% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foi de R\$4.703 mil.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O Brasil vem se destacando como economia emergente, mostrando situação política estável e com contínuos investimentos em infraestrutura. Mais especificamente, o consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, não só em função da expansão do setor industrial, mas também pela liberação da demanda reprimida de consumidores, favorecendo diretamente o nosso desempenho.

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enex. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- Adoção do IFRS - Adotamos pela primeira vez no exercício de 2010 as normas internacionais de contabilidade. Nos termos da regulamentação aplicável, a data de transição para a adoção das normas internacionais de contabilidade é o dia 1º de janeiro de 2009, não abarcando, dessa maneira, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Por essa razão (i) a demonstração do resultado do exercício relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foi elaborada de acordo com o IFRS ou de acordo com os novos CPCs.
- Evento Relevante – PCH Santa Rosa - Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros. Os gastos para recomposição total da Usina somaram até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 6,3 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia. Até 29 de fevereiro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido, da seguradora, o valor de R\$2,7 milhões a cargo de reembolso pelos custos de recuperação incorridos. A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- Nos meses de julho e agosto de 2010, nossos Empreendimentos, Esmeralda, Santa Laura, Esmeralda, Monjolinho e Moinho, passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

Nossa receita com a prestação de serviços de O&M apresentará aumento significativo na comparação

Acreditamos que nossa receita com serviços de O&M crescerá provocada principalmente pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX. Também acreditamos no crescimento operacional da ENEX, com a conquista de novos clientes à sua base de serviços.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

No caso de nossos Empreendimentos em Construção, referidos contratos são corrigidos por índices básicos de medida de inflação (IPCA, IGP-M, índices de correção de matéria prima e mão de obra, etc). Por sua vez, os desembolsos de nossos financiamentos são corrigidos por URTJLP, que tradicionalmente se mostra bastante inferior aos índices básicos utilizados para correção dos contratos de EPC. Por essa razão, um aumento na inflação pode provocar um descolamento entre os desembolsos a nós devidos por força de nossos financiamentos e os saldos a pagar referentes ao EPCs de nossos Empreendimentos em Construção.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A partir do início de 2013 passaremos a operar as Linhas de Transmissão Goiás Transmissora e MGE Transmissora as quais temos uma participação de 25,5%. Quando estas LTs entrarem em operação comercial, as mesmas representarão um segmento operacional distinto daqueles que

operamos atualmente, razão pela qual a linha de receita de nossas demonstrações financeiras passará a reconhecer este novo segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **ENEX** - No início de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.
- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433, composto por R\$ 6.183 em dinheiro e R\$ 13.250 por assunção de passivos, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na Energen, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da Energen para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias. A construção da usina teve início em setembro de 2011. A implantação do empreendimento já conta com 13 fundações de concreto de um total de 23. Os equipamentos principais foram contratados em setembro de 2011 junto a SINOVEL, dos quais oito aerogeradores foram embarcados no dia 10 de fevereiro de 2012, com previsão de chegar ao canteiro de obra a partir do dia 28 de março de 2012. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.
- **Usina Hidrelétrica de São Roque** - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, previsto para o mês de agosto de 2012. Foram contratados 81,8 MW médios no ACR, a um preço de venda de R\$ 91,20 por megawatt-hora. O fornecimento da energia contratada começará em janeiro de 2016 e se estenderá por 30 anos. A Companhia comercializará um excedente de garantia física, descontadas as perdas, equivalente a 6,37 MW médios, no

ACL. A homologação do leilão pela ANEEL ocorreu em 9 de março de 2012. Atualmente a Companhia busca a obtenção da licença de instalação junto aos órgãos ambientais.

- **SN Power** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,70% do capital social total e votante.
- **Norte Energia S.A** - Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final. A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economiários Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF

subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (pré-money) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil - Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB. No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis que serão aplicáveis as demonstrações financeiras do exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2010 e 2011.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias quando da apresentação das demonstrações financeiras para o período a findar em 31 de dezembro de 2010 e 2011. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que impactaram nossas demonstrações financeiras.

Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto.

10.5 Os diretores devem comentar Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas

de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 3 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

Os terrenos não são depreciados. Determinamos as vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado que geram, mediante sua aplicação como critério sistemático, os correspondentes encargos por depreciação. Essa estimativa de vidas úteis se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera uma vida útil máxima de acordo com as taxas estabelecidas pela ANEEL e um valor residual dos itens de imobilizado, como segue:

	<u>Anos de vida útil estimada</u>
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	30 a 50
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50
Máquinas e equipamentos	15 a 40
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e outros	5
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50
Máquinas e equipamentos	22 a 50

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao fim de cada exercício.

Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível

A administração monitora o uso de nossos ativos fixos e intangíveis e, anualmente, avalia a existência de evidências de indicadores que conduzam à necessidade de calcular e contabilizar perdas para redução aos seus valores recuperáveis dos ativos. A avaliação da existência de indicadores que possa haver perdas para redução ao valor recuperável dos ativos leva em consideração julgamentos sobre as condições atuais de uso dos ativos, assim como premissas acerca do ambiente econômico em que estamos inseridos. Também, quando cálculos para determinar o montante da perda decorrente da redução ao valor recuperável dos ativos são requeridos, estimativas e julgamentos para determinação das unidades geradoras de caixas, do valor em uso dos ativos por meio do modelo de fluxo de caixa descontado ou do valor líquido de venda dos ativos. Caso sejamos revisemos as estimativas e premissas utilizadas, as perdas para redução ao valor recuperável dos ativos podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Reconhecimento de receitas

As receitas oriundas do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas de acordo com os termos dos contratos de venda de energia, no período em que a energia é entregue ao cliente.

As receitas de venda de serviços são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos por nós, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a nos pagar pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia.

O MRE é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela ELETROBRAS, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e conseqüente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação, pela ANEEL, dos estudos para UHEs, quando temos assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso. No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da TJLP, limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Provisões

As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando:

- (i) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para reestruturação incluem pagamentos por rescisão de vínculos empregatícios. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessário liquidá-las é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são apresentadas pelo valor presente dos desembolsos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.

São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.

A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes estão em fase de elaboração de um “Relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras” no qual informam aos nossos diretores os resultados de um estudo e avaliação dos sistemas contábeis e de controles internos, com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as nossas demonstrações, e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos. O “Relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras” para o exercício social de 31 de dezembro de 2011 está em fase de elaboração e será entregue pelos auditores tão logo seja finalizado.

Nossos Diretores entendem que os controles internos, procedimentos contábeis e sistemas de informação são adequados para permitir a preparação das demonstrações financeiras e que, atualmente, não possuímos deficiências significativas neste aspecto que possam afetar nossas demonstrações financeiras.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não realizamos até o momento nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:****Compromissos para aquisição de ativos:**

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 102.213 (2010 - R\$ 571.330).

Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário:

A Companhia arrenda 3 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	2011	2010
Menos de um ano	208	6
Mais de um ano e menos de cinco anos	832	832
Mais de cinco anos	<u>3.922</u>	<u>4.130</u>
	<u>4.962</u>	<u>4.968</u>

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos de arrendamento mencionados no item 10.8 (a), são corrigidos anualmente pelo IGPM, sendo que um aumento nos indicadores de inflação podem aumentar o seu custo. Por sua vez, um aumento nos indicadores de inflação aumentarão também nossas receitas derivadas dos nossos contratos de compra e venda de energia, compensando parcialmente o efeito adverso referido anteriormente.

b) Natureza e o propósito da operação

Natureza: contrato de arrendamento de terras.

Propósito: implementação e operação do Parque Eólico da Bahia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Direitos adquiridos: Por força da celebração de contratos de arrendamento, passamos a deter direitos de utilização das áreas objeto do arrendamento para construção, instalação, utilização, substituição, reinstalação, remoção e operação de UEE. Ainda, por meio dos referidos contratos, adquirimos o direito de instalar, nas áreas objeto do arrendamento, subestações elevadoras de tensão.

Natureza das obrigações: Pecuniária

Montante das obrigações: Durante a fase pré operacional do Parque Eólico da Bahia, os contratos de arrendamento são remunerados por parcelas mensais e anuais, corrigidas pelo IGPM. Quando do início da operação, os contratos de arrendamento serão remunerados por parcelas anuais, no valor de R\$4 mil por aerogerador instalado, corrigidas pelo IGPM.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis e transmissão de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

Para o ano de 2012, o orçamento aprovado para atividades de prospecção e desenvolvimento foi de cerca de R\$10.000 mil. Tais recursos foram mobilizados para o desenvolvimento de nosso portfólio de Projetos.

Do total de investimentos para 2012, aproximadamente (i) R\$3.447 mil foram destinados ao desenvolvimento de UHEs, (ii) R\$6.207 mil foram destinados ao desenvolvimento de PCHs, (iii) R\$10 mil foram destinados ao desenvolvimento de inventários e (iv) R\$3 mil para o desenvolvimento de UEEs.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, e (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL.

▪ **Implantação**

Na área de implantação, nossos investimentos estão direcionados para os nossos Empreendimentos em Construção, os quais perfazem um total de 255,5 MW próprios.

Os recursos necessários para a finalização da construção de nossos Empreendimentos em Construção serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

O item 10.3 a, trás a relação dos empreendimentos adquiridos da Companhia.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento

de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Além da operação e implantação de nossos empreendimentos, nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2011 nosso Portfólio de Projetos era composto por 32 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (522 MW próprios) e 22 Projetos em Desenvolvimento (967 MW próprios), totalizando 1.489 MW próprios.

Incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 22 projetos de nosso Portfólio de Projetos (aproximadamente 40% do total) que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 54 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos de entendimento, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2011, investimos cerca de R\$80.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 1º E ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia apurou lucro contábil líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 2.227.582,33 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável. Pelo descrito no item 2.1.2 dessa Proposta da Administração, a administração entendeu que não é aplicável a distribuição de qualquer resultado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável. A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i. Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2011	2010	2009
0,0255	0,1362	7,1514

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 111.379,12

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro Líquido X 5% reserva legal
R\$ 2.227.582,33 X 5% = R\$ 111.379,12

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do resultado do exercício serão feitas as deduções e provisões legais, além da participação dos empregados e administradores, se houver. Sobre o lucro verificado, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes porcentagens:

- i) 5% para a constituição da reserva legal, até que se alcance o limite previsto em Lei;
- ii) 25% a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ação, pagável no prazo de 60 dias a contar da data da sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado; e
- iii) O saldo do lucro, se houve, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, consoante proposta referida no *caput* deste Artigo, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável. .

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não se aplica.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não se aplica.

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

- ANEXO III -**INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Excepcionalmente, no ano de 2010, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando com a entrada de Funcef em nosso capital social.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês, constituídos no dia 08 de março de 2012, não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:** a remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2012 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,67	3,00	18,67
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	333.750,00	3.487.083,33	125.994,00	3.946.827,33
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	66.750,00	697.083,33	25.198,80	789.365,47
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-

Proposta da Administração para a AGO/E de 26 de abril de 2012

2012 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	400.500,00	4.184.500,00	151.192,80	4.736.192,80

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o exercício de 2012 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) A remuneração deliberada na AGO do dia 26.04.2012 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013.

2011 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	709.481,48	3.563.607,42	122.911,11	4.396.000,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	141.896,30	712.721,48	24.585,22	879.200,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Total da remuneração	851.377,77	4.276.328,90	147.493,33	5.275.200,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2010 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	7,25	9,25	0,5	17,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	355.500,00	2.018.500,00	18.000,00	2.392.000,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	71.100,00	403.700,00	3.600,00	478.400,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	510.000,00	-	510.000,00
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Total da remuneração	426.600,00	2.932.200,00	21.600,00	3.380.400,00

Por força da instalação do Conselho Fiscal em AGE de 30 de setembro de 2010, reconheceremos gastos com a remuneração dos Conselheiros Fiscais apenas nos meses de outubro, novembro e dezembro.

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2009 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,42	9,00	N/A	14,42
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	N/A	-
Salário / Pró-labore	85.500,00	1.048.500,00	N/A	1.134.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	N/A	-
Participação em Comitês	-	-	N/A	-
Outros (2)	17.100,00	209.700,00	N/A	226.800
Remuneração Variável	-	-	N/A	-
Bônus	-	-	N/A	-
Participação nos resultados	-	-	N/A	-
Participação em Reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-

2009 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Benefícios pós-emprego	-	-	N/A	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	N/A	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	N/A	-
Total da remuneração	102.600,00	1.258.200,00	N/A	1.360.800,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2010, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando com a entrada de Funcef em nosso capital social.

2012 Previsto (2) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,67	3,00	18,67
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Os valores previstos para o exercício de 2012 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

Proposta da Administração para a AGO/E de 26 de abril de 2012

2011 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2010 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	7,25	9,25	0,5	17,00
Bônus	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2009 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,42	9,00	N/A	14,42
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
José Antunes Sobrinho	Diretor Presidente e de Relações com Investidores e Conselheiro	0	14.558.059,7
Gerson de Mello Almada	Conselheiro	0	14.558.059,7
Cristiano Kok	Conselheiro	0	14.558.059,7
Total		0	43.674.179,1

13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	8,00	9,25	9,00	6,92	7,25	5,42	3,00	0,50
Valor da maior remuneração	745.639,32	467.000,00	311.750,00	102.425,93	67.500,00	21.000,00	40.970,37	6.000,00
Valor da menor remuneração	263.156,90	135.000,00	25.000,00	0,00	31.000,00	5.500,00	40.970,37	6.000,00
Valor médio da remuneração	445.450,93	288.357,14	167.760,00	102.575,63	49.034,00	15.785,00	40.970,37	36.000,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2010	Valor da menor remuneração: considera a remuneração de Diretor que renunciou à remuneração durante 9 meses do ano. Além disso, considera a exclusão a exclusão de 5 Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 3 Diretores que renunciaram à remuneração durante 9 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.
31/12/2009	Valor da menor remuneração: considera a remuneração de Diretor que renunciou à remuneração durante 11 meses do ano. O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 3 Diretores que renunciaram à remuneração durante 11 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,25.

Conselho de Administração	
31/12/2011	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,92, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.
31/12/2010	Valor da menor Remuneração: considera a exclusão de 3 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Valor médio da remuneração: o número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,25.
31/12/2009	Todos os membros exerceram o cargo por menos de 12 meses. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,42.

Conselho Fiscal	
31/12/2010	Chegamos ao valor médio da remuneração de R\$36.000,00, através da divisão da remuneração total do ano, que foi de R\$18.000,00 conforme item 13.2 desse formulário de referência, pelo número médio de conselheiros do ano que foi de 0,50, conforme previsto nos itens 13.2 e 13.11 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011. A companhia informa que durante o ano de 2010 os três membros do conselho fiscal atuaram e foram remunerados nos meses de novembro e dezembro, justificando o número médio inferior a 1. Chegamos ao número médio de 0,50 através da soma do número mensal de conselheiros, dividindo pelo número de meses do ano, conforme previsto no item 13.2 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011.

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	20,9%	6,7%	5,1%
Conselho de Administração	28,9%	26,2%	19,3%
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

O valor total da remuneração dos administradores do item 13.2 difere da conta Honorários da Administração das Demonstrações Financeiras pois os encargos com INSS estão alocados nas despesas administrativas e gerais.

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 5.127.500,00 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil e quinhentos reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

A remuneração deliberada em AGO para período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, está demonstrado na tabela abaixo:

Maio 2012 a abril 2013 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	234.000,00	3.731.000,00	136.500,00	4.101.500,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	36.000,00	969.000,00	21.000,00	1.026.000,00

Proposta da Administração para a AGO/E de 26 de abril de 2012

Maio 2012 a abril 2013 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	270.000,00	4.700.000,00	157.500,00	5.127.500,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

- ANEXO IV -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

12.6.1 Membros da Diretoria

Não aplicável. A Diretoria foi eleita e tomou posse no dia 08 de março de 2012.

12.6.2 Membros do Conselho de Administração

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Laércio Dias	64	Engenheiro	112.907.819-15	Conselheiro suplente	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Geraldo Aparecido da Silva	49	Economista	446.281.969-15	Conselheiro efetivo	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Alcinei Cardoso Rodrigues	47	Economista	066.206.228-01	Conselheiro suplente	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Angelo Nonato de Sousa Lima	35	Economista	690.662.561-68	Conselheiro suplente	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim

Os demais membros do Conselho de Administração foram eleitos e tomaram posse no dia 08 de março de 2012.

12.6.3 Membros do Conselho Fiscal

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Alfredo Martins dos Reis	55	Economiário/Auditor	150.216.611-91	Conselheiro efetivo	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2012	Nenhum	Sim
Antônio Carlos Bomfim	60	Economista	070.905.525-00	Conselheiro suplente	26.04.12	26.04.12	Até a AGE de aprovação das contas de 2012	Nenhum	Sim

Os demais membros do Conselho Fiscal foram eleitos e tomaram posse no dia 08 de março de 2012.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Não aplicável. Os membros dos Comitês foram eleitos no dia 08 de março de 2012. As posições ainda não ocupadas serão preenchidas até a RCA do dia 03 de maio de 2012.

12.8 Com relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

Laércio Dias – É graduado em engenharia elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina, concluído em 1970. Atuou nos últimos 5 anos como consultor em diversos projetos relacionados com a geração de energia elétrica. Desde 2008 é membro do Corpo Permanente da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas e membro da Câmara Americana de Comércio do Brasil – Estados Unidos (AMCHAM). Desde 2010 é conselheiro fiscal da Companhia Energética de Brasília.

Geraldo Aparecido da Silva - É Economista, com pós graduação em Previdência e Gestão de Fundos de Pensão pela FGV-Brasília. Empregado Caixa há 26 anos, tendo ocupado a função de supervisor durante 13 anos; Na FUNCEF exerce o cargo de Gerente de Seguridade desde 20/08/2007; Foi Gerente de Controles e Risco da FUNCEF por 4,5 anos. Certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS).

Alcinei Cardoso Rodrigues - É Economista formado pela PUC/SP em 1999, cursou Mestrado em Economia na PUC/SP e Pós-Graduação com especialização em Extensão em Previdência

Complementar – PUC/RJ. Foi Assessor de Diretoria, Gerente de Participações e Gerente de Planejamento Estratégico na Fundação Petrobras de Seguridade Social/Petros, de Jun/03 a nov/11. A partir de novembro 2011 atua como Coordenador na Gerência de Participações Societárias – GEPAR da FUNCEF.

Angelo Nonato de Sousa Lima - Consultor Especial da Presidência e Consultor do Conselho Fiscal da FUNCEF. Integrante da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP. Representante da FUNCEF nos assuntos correlatos aos projetos Principles for Responsible Investment (PRI) e Carbon Disclosure Project (CDP). Formado em Ciências Econômicas e Pós Graduado em Gestão Executiva em Fundos de Pensão.

Alfredo Martins Reis - Graduado em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, Geografia e História pela União Pioneira de Integração Social e Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília. Possui pós-graduação em Informática, Ciências Contábeis e MBA em Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no Ministério da Aeronáutica no período de janeiro de 1976 a dezembro 1981. No ano de 1994 ingressou na Caixa Econômica Federal, onde ocupa atualmente, o cargo de Gerente Nacional de Auditoria.

Antonio Carlos Bomfim – Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pós-graduado em Economia Regional e Urbana, Mestre em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutor em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como Economista na Secretaria de Estado do Planejamento do estado da Bahia entre dezembro de 1974 e fevereiro de 1975. Foi Chefe de Divisão de Unidade Central do Departamento de Pesquisas do Banco Nacional da Habitação entre março de 1976 e junho de 1983. Foi Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro entre junho de 1983 a março/1987. Foi Economista - Assistente Técnico da Assessoria de Pesquisa, Divisão Financeira, Divisão do FGTS da Caixa Econômica Federal, entre abril de 1987 e dezembro de 2000. Foi Analista de Comércio Exterior do Departamento de Defesa Comercial do estado do Rio de Janeiro, entre março de 2003 e fevereiro de 2008. Atualmente ocupa o cargo de Analista de Comércio Exterior da Assessoria Internacional/Gabinete do Ministro em Brasília do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, posição que ocupa desde março de 2008.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.